

15 JAN 1996

Senado

COISAS DA POLÍTICA

■ ROSÂNGELA BITTAR

O que vale é a mensagem 858

O bjetividade é o que se vai buscar, no Senado, para resolver tudo o que por lá anda emperrado. A partir desta semana e até 14 de fevereiro, quando termina o período de convocação extraordinária do Congresso, os senadores asseguram que haverá solução para a Lei de Patentes, o Código de Trânsito, o Fundo de Estabilização Fiscal, o Sistema de Vigilância da Amazônia e outros projetos menos polêmicos.

Isto vai acontecer porque o Senado acredita que se curou de um mal maior. Para usar o diagnóstico do líder do governo, Elcio Álvares, "o Senado padece do mal do Sivam". Por isso, não conseguiu se mexer nos dois meses finais do ano passado e assim continuou na volta das férias. Mas agora, indica o líder, com a meta fixada na objetividade, é possível resolver até o Sivam.

Já está tudo preparado para imprimir objetividade ao Sivam. A solução é voltar às origens, à razão de o Senado estar tratando agora novamente desse caso. E o código do resgate é a mensagem 858, de 11 de agosto de 1995. Nela, o presidente Fernando Henrique Cardoso pede ao Senado uma adaptação de cinco resoluções dos senadores sobre o Sivam à nova realidade do projeto.

Esta nova realidade, em agosto como agora, é a ausência da Esca, a empresa de engenharia que faria a integração do Sistema de Vigilância da Amazônia. Acusada de praticar irregularidades na sua relação com a Previdência, a Esca foi afastada do processo por não ter-se habilitado a assinar o contrato comercial do Sivam. Como as cinco resoluções do Senado falavam da empresa, que receberia, inclusive, um repasse de parte substancial do dinheiro do contrato firmado com a americana Raytheon Company, tornava-se necessária a formalidade da adaptação dos textos. As resoluções são as de números 91, 93, 95, 96 e 97 do Senado.

O governo acreditava que isto se daria em dois tempos. Bastava, segundo o raciocínio da época, que o Palácio do Planalto pretende retomar agora, dar nova redação às antigas resoluções, passando ao governo, por intermédio da Comissão para Coordenação do Projeto Sivam, a famosa CCSIVAM do brigadeiro Marco Antônio Oliveira, as verbas previstas para a Esca no contrato.

Foi por isto que o Senado voltou ao Sivam, mas, a partir de setembro, vieram as injunções, o acaso e, principalmente, o resultado de investigações que o Tribunal de Contas da União vinha conduzindo desde que a Esca foi flagrada em erro. O governo imaginava que, afastada a empresa, a auditoria do TCU perderia a força, senão a razão de ser. Mas não foi o que aconteceu.

O primeiro relator desta adaptação pedida pelo governo, o senador Gilberto Miranda, não se ateve ao solicitado e, na avaliação que faz agora um grupo de aliados, passou a tratar, no seu parecer, de questões já resolvidas em decisões anteriores. Em seguida, apareceu o grampo no telefone do embaixador Júlio César Gomes dos Santos, e, com ele, a descoberta de indícios de tráfico de influência a favor da Raytheon.

Demitidos Júlio César e o então ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra, por revelações obtidas nos telefonemas de um dos lobistas da empresa em Brasília, José Afonso Assunção, a vida do Sivam continuou ameaçada. O relatório de auditores do TCU, parcialmente concluído em seguida, apontou promiscuidade nas relações entre a Esca e o Ministério da Aeronáutica.

E que remédio poderoso permitirá ao Senado declarar-se curado desse mal e começar a trabalhar? A solução para o Sivam, discutida entre os líderes e o governo, no final da semana passada, envolve duas providências. A primeira é deixar que os casos de polícia sejam tratados pela polícia. Assim, as denúncias contidas no relatório do TCU, as revelações do grampo e todas as irregularidades que aparecem quando se trata de analisar a forma como o Ministério da Aeronáutica conduziu este projeto ficam em um conjunto carimbado com o selo da Procuradoria Geral da República, da Polícia Federal e do Tribunal de Contas.

A outra medida é aprovar o parecer do relator Rames Tabet, que substituiu Gilberto Miranda e que já está preparado para sustentar seu relatório com respostas positivas ao que foi estritamente pedido na mensagem 858: autorizar a transferência do dinheiro da Esca para o Ministério da Aeronáutica. Alguns senadores acham que isto é colocar a discussão no seu leito certo. Outros preferem avaliar que o governo descobriu um ovo de Colombo, mas daqueles que ficam de pé só até que a próxima desconfiança tire da gaveta, novamente, todas as denúncias sobre transações mal explicadas neste projeto.